



2020

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES

Maputo, Março de 2021



Pela Melhoria do Ambiente de Negócios

www.cta.org.mz

cta@cta.org.mz

Av. Patrice Lumumba, nº927 - Maputo

ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS	5
MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	9
Sobre este relatório	9
Limite e Estrutura do Relatório	9
Bases de Preparação	9
Confiabilidade e Materiabilidade	10
2. CONTEXTO MACROECONÓMICO	11
3. BALANÇO GERAL DAS ACTIVIDADES	13
4. BALANÇO DAS ACTIVIDADES POR PILAR ESTRATÉGICO	15
4.1 Pilar I: Reforçar o Diálogo Público-Privado	15
4.2 Pilar II: Desenvolver Serviços de Apoio Empresarial	18
4.2.1 Desenvolvimento Associativo, Relações Institucionais e Comunicação e Imagem	18
4.2.2 Serviço de Apoio ao Empresariado	21
4.3 Pilar III: Internacionalização da CTA	24
4.4 Pilar IV: Promoção de Oportunidades de Negócios ao Sector Privado	24
4.5 Pilar V: Reforçar a Capacidade Institucional da CTA	24
4.5.1 Governação	25
4.5.2 Gestão de Recursos Humanos	25
4.6 Prestação de Serviços e Actividades de Suporte	26
4.6.1 Estudos, Pareceres e Assessoria Jurídica	26
4.6.2 Monitoria da Covid-19	26
4.6.3 Visitas de monitoria	27
4.6.4 Actividades Desenvolvidas pelas Delegações Empresariais Provinciais	28
4.6.5 Participação do Sector Privado em Acções de Responsabilidade Social	28
4.6.6 Organização das Eleições dos Novos Membros dos Órgãos Sociais da CTA	28
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	29
5.1 Receitas	29
5.2 Despesas	29
6. CONCLUSÕES	31
Anexo 1: Acções Desenvolvidas em Resposta a COVID-19	32
Anexo 2: Actividades Desenvolvidas pelas Delegações Empresariais Provinciais	33
Anexo 3: Estudos, Position Papers	34
Anexo 4: Principais Webinars, Jan-Dezembro 2020	36
Anexo 5: Resultados da Missão de Monitoria as Províncias	40

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Desempenho Global da CTA de 2020	13
Tabela 2. Dinâmica do DPP	15
Tabela 3. Principais actividades do DPP	16
Tabela 4: Novas Adesões	19
Tabela 5. Memorandos de Entendimento Assinados	20
Tabela 6. Actividades de Provedoria do Empresário	23
Tabela 7. Execução da Receita 2020	29
Tabela 8. Execução da Despesa 2020	30
Figura 1: Taxa de crescimento económico e evolução da inflação	11
Figura 2: Evolução das importações e exportações (milhões de USD) e da taxa de câmbio	12
Figura 3: Situação de recursos humanos	25

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACB	Associação Comercial da Beira
ACIM	Associação Comercial e Industrial da Matola
ACM	Associação Comercial de Moçambique
AMOPAO	Associação Moçambicana de Panificadores
APE	Acordo de Parceria Económica União Europeia SADC
APME	Associação de Pequenas e Médias Empresas
ASTROCAMA	Associação dos Transportadores de Carga de Maputo
ATAXCIMA	Associação dos Taxistas da Cidade de Maputo
CASP	Conferência Anual do Sector Privado
CCM	Câmara do Comércio de Moçambique
CCMP	Câmara do Comércio Moçambique Portugal
CDTUR	Associação de Hotelaria e Turismo de Cabo Delgado
CEDs	Conselhos Empresariais Distritais
CEN	Conselho Empresarial Nacional
CEPs	Conselhos Empresariais Provinciais
CMAN	Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios
CTA	Confederação das Associações Económicas
DEPs	Delegações Empresariais Provinciais
DPP	Diálogo Público Privado
FACIM	Feira Internacional de Maputo
FEMOCOS	Federação Moçambicana de Comércio e Serviços
FEMOTUR	Federação Moçambicana de Turismo e Hotelaria
FME	Federação Moçambicana de Empreiteiros
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAE	Gabinete de Apoio Empresarial
GIPs	Grupos Inter Sectoriais
IPEME	Instituto para Promoção das Pequenas e Médias Empresas
MCNET	Mozambique Community Network (Parte da Solução Janela Única Electrónica)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UAF	Unidade de Administração e Finanças
UDARI	Unidade do Desenvolvimento associativo e Relações Institucionais
UIAE	Unidade de Investigação e Análise Económica
UPCR	Unidade de Promoção e Coordenação de Reformas

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL



JORGE FERNANDE
Presidente
Associação Comercial da Beira
(ACB)



LUÍS MONDLANE
Vice-Presidente
Associação dos Taxeiros da
Cidade de Maputo (ATAXCIMA)



VICTOR MIGUEL
Secretário
Associação Moçambicana
de Purificadores (AMOPAD)

CONSELHO DIRETIVO



AGOSTINHO ZACARIAS VUMA
Presidente
FEDERAÇÃO MOÇAMBICANA DE EMPREENHEIROS (FME)



PRAKASH PREHLAD
Vice-Presidente
Federação Moçambicana de Comércio
e Serviços (FEMOCOS)



MARIA DE A. ABDULA
Vice-Presidente
Associação Comercial
de Moçambique (ACM)



ZUNEID CALOMIAS
Vice-Presidente
Associação dos Transportadores
Rodoviários de Carga de Maputo
(ASTROCAM)



VASCO MANHIÇA
Vice-Presidente
Federação Moçambicana de Turismo
(FEMOTUR)

CONSELHO FISCAL



FARUK OSMAN
Presidente
Associação Comercial e Industrial
da Matola (ACIM)



HERMENEGILDO IDELFONSO
Vice-Presidente
Associação de Hotelaria e Turismo
de Cabo Delgado (CDTUR)



INOCÊNCIO PAULINO
Vogal
Associação das Pequenas e
Médias Empresas (APME)

ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

A CTA é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, que representa os interesses do sector privado em Moçambique no processo de diálogo com o Governo.

Visão

Um sector privado coeso, produtivo, gerador e distribuidor da riqueza nacional.

Missão

Construir e liderar, com os seus stakeholders, um ambiente de negócios, que coloque o sector privado como um sujeito activo e fazedor da nossa economia, bem como organizações empresarias, inclusivas, proactivas e prósperas.

Valores

Legalidade;
Boa governação;
Integridade empresarial;
Produtividade.

O Plano de Actividades 2020 tem como objectivo primordial materializar acções que corporizam os pilares do Plano Estratégico 2017-2020, nomeadamente:

- **PILAR I: Reforçar o Diálogo Público e Privado**
- **PILAR II: Desenvolver Serviços de Apoio Empresarial**
- **PILAR III: Internacionalização da CTA**
- **PILAR IV: Promoção de oportunidades de negócios ao Sector Privado**
- **PILAR V: Reforçar a capacidade institucional da CTA**

Mensagem do Presidente



Agostinho Vuma
Presidente da CTA

2020 foi o ano em que a CTA teve que se adaptar e reinventar para levar a bom conteúdo ações conexas à facilitação do fazer negócios e desenvolvimento empresarial sustentável no País. Por conta das adversidades decorrente da pandemia da Covid-19, foram implementadas de 63,6% das actividades planificadas, sendo 40,9% na íntegra e 22,7% parcialmente.

A nível de execução orçamental, o volume de receitas mobilizadas em 2020 corresponde a 47,6% do planificado para o ano em análise e uma redução em 41 % face à execução de 2019. As despesas realizadas perfazem 47,3% do total planificado, o equivalente a uma redução de 44% comparativamente à execução de 2019. As variações negativas, tanto no volume de receitas como nas despesas, revelam os impactos da Pandemia da COVID-19 sobre o curso das actividades no ano de 2020.

A despeito dos constrangimentos associados à pandemia viral, deu-se seguimento ao reforço do DPP, e aqui assinala-se a prorrogação do ICE e da isenção do IVA nos óleos, sabões e açúcar; continuação do processo de descentralização dos processos de tomada de decisão e monitoria do DPP para os níveis Provinciais e Distrital, sendo destacável o aumento da cobertura da CTA ao nível dos distritos, passando para 61%, o que concorreu para o aumento da visibilidade da Confederação ao nível das províncias e distritos, como interlocutor do sector privado.

Todavia, devido à pandemia da COVID-19, não foram realizaram actividades fulcrais, como a XVII CASP e o VIII CMAN, bem como as missões empresariais previstas para o período em foco.

Em relação à provisão de serviços aos membros, garantiu-se a assistência na revitalização de associações e capacitação institucional, bem como a assistência empresarial.

Atenção especial também foi dada para as acções de promoção de oportunidades de investimentos e negócios ao sector privado, num contexto em que os desafios da globalização impõem a necessidade de se estabelecer parcerias bem como aumentar a oferta de serviços de qualidade ou que reúnam os requisitos internacionalmente estabelecidos. Neste sentido, deu-se continuidade a implementação do programa de certificação das empresas - PRONACER.

Adicionalmente, foi providenciada informação útil à comunidade empresarial e ao público em geral. Aqui, destaca-se o lançamento do Índice de Robustez Empresarial, um indicador de monitoria do desempenho empresarial em Moçambique, e as avaliações do impacto da COVID-19 e medidas para mitigar os seus efeitos no sector privado.

Como resultado destas acções, assistiu-se ao aumento de interesse por parte do empresariado nacional em fazer parte da CTA, conforme demonstra a adesão de 6 novos associados e 10 empresas ao CEN.

E no âmbito do reforço da capacidade institucional, procedeu-se a elaboração dos instrumentos normativos, como o Regulamento Eleitoral que culminou com a realização com êxito das eleições para os novos membros dos órgãos sociais da CTA.

O choque pandémico exigiu da CTA uma transformação das actividades que outrora eram físicas para o ambiente digital, com a adopção do teletrabalho, incluindo a realização de webinars e rotatividade dos colaboradores.



Agostinho Vuma
Presidente da CTA

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Sobre este relatório

O Plano de Actividades e Orçamento 2020, por sinal o último do ciclo Governativo está centrado na materialização das ações em falta para o cumprimento integral do Plano Estratégico 2017-2020 e na consolidação das actividades principais da CTA.

O Plano de Actividades 2020 tem os seguintes objectivos:

- Reforçar o Diálogo Público Privado;
- Apoiar e consolidar a existência de organizações empresariais inclusivas, proactivas e representativas
- Melhorar/promover parcerias entre a CTA e outras instituições nacionais e internacionais;
- Estimular a produtividade e competitividade das empresas nacionais;
- Desenvolver estudos temáticos para melhor informar o processo do diálogo público-privado e prover a comunidade empresarial de informação estratégica aos negócios;
- Promover acções de capacitação institucional das organizações e das empresas.

A implementação do Plano de Actividades da CTA durante o período em foco foi feita num contexto atípico decorrente dos desafios impostos pela eclosão da pandemia da COVID-19, o que impôs a alteração dos pressupostos em que assentou a elaboração do Plano de Actividades de 2020, e a sua correspondente componente orçamental.

Limite e Estrutura do Relatório

O relatório é uma compilação da informação facultada pelas unidades a nível central bem como pelas Delegações empresariais. A ênfase do mesmo é destacar as principais actividades levadas a cabo no período em análise e o seu impacto no desenvolvimento sustentável empresarial e na melhoria do ambiente de negócios no País.

O documento encontra-se estruturado em seis (6) secções: na segunda secção apresenta-se o contexto macroeconómico em que decorreu a actividade da CTA; de seguida na terceira e quarta secções faz-se o balanço Geral e o Balanço por Pilar Estratégico das actividades executadas em 2020, na quinta secção apresenta-se a execução orçamental do período em análise, e na sexta secção apresentam-se as conclusões.

Bases de Preparação

O relatório apresenta as principais actividades desenvolvidas no período de Janeiro a Dezembro de 2020 que materializaram os objectivos acima elencados.

O documento considera aspectos qualitativos e quantitativos relevantes para as operações da CTA e

estratégias que podem influenciar a envolvente de negócios no País. Os riscos estratégicos são igualmente considerados no relatório.

Confiabilidade e Materiabilidade

O modelo de garantia e confiabilidade das informações contidas neste relatório é suportado por duas linhas de defesa, pela revisão do Conselho Directivo e Auditoria Externa.

O Conselho de Directivo garante que a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas adoptadas levam a geração de valor para a organização.

As demonstrações financeiras foram auditadas por auditores externos.

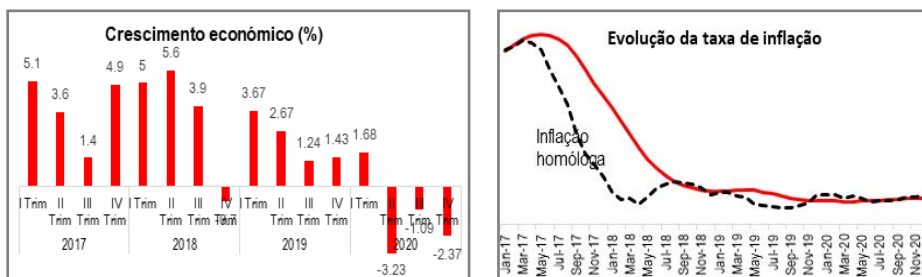
O relatório Integrado é igualmente apreciado pelo Conselho Fiscal, que avalia e emite o seu parecer sobre as acções da Organização no seu todo, garantido deste modo maior confiança aos membros.

2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

Os dados económicos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (Fevereiro, 2021) indicam que a economia moçambicana registou uma taxa de crescimento de $-1,28\%$ em 2020, representando uma desaceleração em 4 pontos percentuais face a taxa observada em 2019. Este cenário é explicado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre a actividade económica do País.

A nível sectorial, num ano em que somente o sector agrícola cresceu, o desempenho da actividade económica no período em referência é resultante da desaceleração do sector de Hotelaria e Restauração, seguido pelo ramo do Comércio e Serviços, Transportes e Comunicação, Indústria Extractiva. Em termos de peso no PIB, a Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura e Exploração florestal continuam tendo maior participação na economia nacional, com um peso no PIB de 25%.

Figura 1: Taxa de crescimento económico e evolução da inflação



Fonte: INE, Fevereiro, 2021

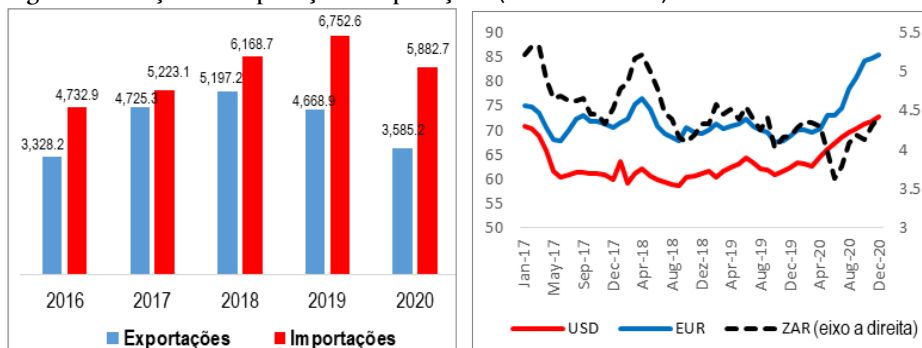
No que concerne ao nível geral de preços, em 2020, observou-se uma tendência de estabilidade de preços, tendo a inflação média anual se situado em 3,14% e a acumulada em 3,52%, influenciado pelo abrandamento do custo dos produtos alimentares, com destaque para frutas e vegetais e cereais, abrandamento dos preços dos produtos administrados, com realce para a queda do preço dos combustíveis, a reflectir a evolução favorável do preço do barril do petróleo no mercado internacional apesar da contínua depreciação cambial, bem como a redução da procura agregada espelhando os impactos adversos da pandemia da COVID-19.

A nível da política monetária destaca-se o prosseguimento do ciclo acomodatório com a redução das taxas de juro directoras, tendo no período em análise a taxa de juro de Política Monetária (MIMO) atingido o nível de 10,25%, a Facilidade Permanente de Cedência em 13,25% e a Facilidade Permanente de Depósito em 7,25%. Por seu turno a taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável do sistema financeiro nacional (Prime Rate) reduziu em 250 pontos base entre Janeiro e Dezembro de 2020, de 18% para 15,5%.

Relativamente ao sector externo, em 2020 registou-se um ligeiro agravamento do défice da balança comercial quando comparado ao período homólogo de 2019 reflectindo uma redução mais pronunciada

das exportações comparativamente as importações, isto é, 23,2% contra 12,9%, num contexto em que o comércio externo foi afectado pelos condicionalismos impostos pelas medidas de contenção da COVID-19. Todavia, importa realçar que o nível de reservas internacionais (excluindo Megaprojectos) permitiu a cobertura de importações em 7 meses no final de 2020.

Figura 2: Evolução das importações e exportações (milhões de USD) e da taxa de câmbio



Fonte: Banco de Moçambique, Fevereiro, 2021

Por outro lado, nota-se que a taxa de câmbio demonstrou uma tendência de depreciação acentuada ao longo do ano de 2020, sendo que em relação ao Dólar americano, o Metical apresentou uma depreciação de cerca de 19%, de 62.65 MZN/USD em Janeiro para 74.60 MZN/USD em Dezembro. A mesma tendência verificou-se em relação Euro, embora o Rand tenha demonstrado uma tendência relativa estabilidade.

Como seria expectável, a envolvente macroeconómica determinada pela eclosão da pandemia viral no período em foco teve impacto nas actividades da CTA, tendo sido manifestada de forma adversa através das principais fontes de financiamento principalmente via MCNET e o cancelamento de eventos.

3. BALANÇO GERAL DAS ACTIVIDADES

O Plano de Actividade e Orçamento de 2020 foi concebido com base nas áreas estratégicas do Plano Estratégico 2017-2020. As actividades têm uma unidade implementadora de referência e outras unidades participam para a concretização das acções.

As actividades da CTA foram realizadas através das suas principais unidades, o Gabinete de Apoio Empresarial, Direcções Provinciais e unidades autónomas.

Do total das actividades planificadas para o ano de 2020 foram implementadas 63,6% das actividades, sendo 40,9% na íntegra e 22,7% parcialmente. Entretanto, 36,4% das actividades planificadas não foram realizadas.

Tabela 1. Desempenho Global da CTA de 2020

Objectivos	Metas	Grau de realização
Objectivo I: Reforçar o Diálogo Público Privado		
Implementar e fazer o acompanhamento do PAMAN 2019-2021		
Fóruns de Monitoria do Diálogo Público Privado		
XVII CASP	1	0%
Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios	2	0%
Fórum Empresarial Regional	1	0%
Fórum Empresarial Provincial	10	40%
Apoiar o processo negocial do salário mínimo		100%
Objectivo II: Apoiar e Consolidar a existência de Organizações Empresariais Inclusivas, Proactivas e Representativas		
Novos Conselhos Empresariais Distritais	7	57%
Apoiar a Federalização Sectorial	1	100%
Realizar Visitas de Trabalho às Associações	50	62%
Apoio Institucional as DEPs	10	100%
Finalizar e Implementar a Estratégia de Gestão Associativa a nível central e provincial	1	0%
Objectivo III: Melhorar/Promover Parcerias entre a CTA e Outras Instituições Nacionais e Internacionais		
Organizar Missões/Fóruns Empresariais	15	33,3%
Nacionais	7	
Internacionais	8	

Acções de Divulgação dos Protocolos da SADC, EAC, EPA e AGOA	4	100%
Objectivo IV: Estimular a Produtividade e Competitividade das Empresas Nacionais		
Apoiar as empresas no processo de certificação no âmbito do PRONACER	8	100%
Apoiar as PME's na identificação e no acesso as linhas alternativas para o financiamento	4	100%
Estabelecer Serviços de Código de Barras	6	0%
Objectivo V: Desenvolver Estudos Temáticos e Sessões de Reflexão		
Estudo de Monitoria das Reformas Aprovadas	2	100%
Estudo para Identificar os Índices de Monitoria do Ambiente de Negócios	1	100%
Mapeamento do Sector Agrário Empresarial		
	1	100%
Objectivo VI: Promover Acções de Capacitação Institucional		
Actualizar o Perfil Institucional	1	0%
Elaborar e Monitorar a Implementação do Regulamento Interno	1	0%
Elaborar e Monitorar o Regulamento Eleitoral	1	100%
Desenvolver a Estratégia de Financiamentos e Patrocínios	1	0%

De referir que o nível de execução das actividades no período em foco foi afectado pela eclosão da pandemia da COVID-19 que obrigou ao cancelamento de diversas actividades, em que pontifica a realização da XVII CASP e os Conselhos de Monitoria do Ambiente de Negócio, as Missões ou Fóruns Empresarias, a necessidade de reinvenção com o uso do teletrabalho e rotatividade dos recursos humanos, entre outros aspectos.

A nível das DEPs também maior parte actividades programadas foi comprometida entre adiamentos e cancelamento de actividades e reuniões que exigiam a presença física de parceiros, nomeadamente Fóruns Provinciais, DPP, Feiras e visitas de trabalho e monitoria aos CEDs.

Por outro lado, há um conjunto de actividades que foi implementado, mas que não estava planificado como é o caso a realização dos webinars, a monitoria constante dos impactos da pandemia da COVID-19 no sector privado e outras actividades conexas, conforme consta do Anexo 1.

4. BALANÇO DAS ACTIVIDADES POR PILAR ESTRATÉGICO

A materialização do Plano de Actividade e Orçamento de 2020 foi com base nas áreas estratégicas do Plano Estratégico 2017-2020, conforme a seguir se destaca.

4.1 Pilar I: Reforçar o Diálogo Público-Privado

• Dinâmica do DPP

No que concerne a dinâmica do DPP os Pelouros realizaram 210 encontros, dos quais 49 foram encontros da liderança do Pelouro, 61 encontros entre os membros do Pelouro, 32 encontros com Ponto Focal, 11 encontros com Ministros e 57 encontros com outros parceiros, conforme a tabela 2.

Tabela 2. Dinâmica do DPP

Idm	Pelouros	Encontros Realizados					Total
		Internos		Externos			
		Liderança do Pelouro	Membros do Pelouro	Ponto Focal	Ministros	Outros Parceiros	
1	Agronegócio e Pescas	6	1	3	1	5	16
2	Terra e Ambiente	4	5	4	1	4	18
3	Turismo	3	11	2	2	5	23
4	Indústria e Comércio	4	9	5	0	4	22
5	Comunicação Social, TICs e Serviços	3	9	3	2	7	24
6	Construção Civil	3	4	0	0	5	12
7	Transporte	4	4	0	0	4	12
8	P. Fiscal, Aduaneira e Comercio Internacional	2	2	4	0	1	9
9	Recursos Minerais, Hidrocarboneto e Energia	4	1	1	0	13	19
10	Política Financeira	2	1	2	0	0	5
11	Mulher Empresaria e Empreendedora	4	6	2	0	1	13
12	Cooperação Económica e Relações Exterior						
13	Política Laboral e Acção Social	10	8	6	5	8	37
TOTAL		49	61	32	11	57	210

Em termos quantitativos os pelouros que mais se destacaram no período em análise foram: Pelouro de Política Laboral e Acção Social com 37 encontros realizados, Pelouro de Comunicação Social, TICs e Serviços com 24 encontros, Pelouro de Turismo com 23 e Pelouro da Indústria e Comércio com 22 encontros realizados.

Como resultado do DPP a nível central importa destacar algumas acções que impactaram positivamente no sector privado nacional, como por exemplo a prorrogação da isenção do IVA no óleo, sabão e açúcar até Dezembro de 2023, prorrogação da Aplicação das Taxas do Imposto sobre Consumos Específicos até Dezembro de 2022, criação de um grupo de trabalho entre o pelouro das TICs e o MCTESTP; e a redução em 10% a taxa de energia para todos os consumidores, conforme descrito na tabela 2.

Tabela 3. Principais actividades do DPP

Nº	Actividade	Ponto de situação	Impacto
1.	Monitorar o processo negocial do salário Mínimo 2020	Processo Suspenso	Foi suspenso o processo das negociações do SM 2020, face aos impactos nefastos e comprovados em estudo, da Pandemia do COVID-19 no tecido empresarial, o que contribuiu para o alívio da tesouraria das empresas
2.	Prorrogada a isenção do IVA no óleo, sabão e açúcar até Dezembro	Aprovado	Iisenção do IVA no óleo sabão e açúcar com impacto anual de 2.9 biliões de MT. Confere maior robustez à indústria nacional
3.	Enviar Temas para o Fórum de Turismo 2020	Enviado	Possibilitar a discussão com o Governo de medidas necessárias para mitigar os efeitos da COVID 19 e para alavancar o sector
4.	Finalizar o Levantamento dos Incentivos/ Benefícios temporários existentes nos vários sectores de actividade	Realizado	Informar a intervenção atempada da CTA para os casos que os benefícios expiram.
5.	Fundamentar a necessidade de Actualização da Margem do Retalhista de Combustível	Finalizada	Elaborada a carta para o MIREME a solicitar a actualização da Margem do Retalhista de Combustível
6.	Globalizar as contribuições para a revisão do Código do ICE	Aprovada a prorrogação	Estimula a economia nacional, severamente afectada pelos impactos da COVID-19, entre outros choques internos e externos, como os eventos climáticos e a variação dos preços das matérias – primas nos mercados internacionais.
7.	Harmonizar os assuntos sobre ambiente e biodiversidade de todos os pelouros e elaboração do documento com contribuições para envio ao ponto focal	Concluido	Harmonizados pontos transversais para evitar a multiplicidade de esforços.
8.	Realizar a reunião de coordenação com a DASP	Realizado de cortesia com o novo Director da DASP	Harmonizados os mecanismo de engajamento no âmbito do DPP

Nº	Actividade	Ponto de situação	Impacto
9.	Fundamentar a necessidade de contemplar a importação de matéria-prima e bens de capital no Regime Especial de Regularização do IVA ao abrigo do Decreto n.º 78/2017 de 28 de Dezembro	Em curso	
10.	Obter esclarecimento do INSS sobre o decreto que regula a norma transitória do regulamento da segurança social obrigatória	Realizada	Foram dissipadas as dúvidas existentes.
11.	Preparar da reactivação dos trabalhos no âmbito da revisão da Lei do Trabalho	Em curso	Realizado um encontro do Pelouro Laboral para discutir as estratégias e posicionamento do Sector Privado
12.	Recolher contribuições sobre a Estratégia do algodão, têxtil e vestuário	Em curso a auscultação do sector privado	
13.	Recolher de contribuições para a revisão do CIVA e Pauta Aduaneira	Em curso a auscultação do sector privado	
14.	Auscultar o sector privado sobre a Revisão do Código Comercial	Em curso. Realizado o Webinar de auscultação do Sector Privado no dia 08.06.2020, enviada a síntese a equipa de consultores, e solicitada a extensão do prazo para o SP enviar contribuições	
15.	Auscultar o sector privado sobre a Proposta de Lei Portuária	Em curso. Está agendado um Webinar para o dia 01 de Julho.	
16.	Auscultar o sector privado sobre a proposta de revisão da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		Realizado
17.	Elaborar o documento de Pacote de Incentivos à Indústria nacional no âmbito da Política e Estratégia Industrial	Em curso. Alargado o prazo para produção de um documento mais exaustivo	
18.	Recolher de contribuições para o ajustamento e modernização da legislação de terras	Em curso a auscultação do sector privado	

19.	Finalizar o Projecto de Intensificação da Produção Agrária para responder as necessidades face a Pandemia da COVID 19	Projecto finalizado. Aguarda retorno de financiamento pelo BAD	
-----	---	--	--

A nível provincial, realça-se a realização dos Fóruns Empresariais nas Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Cabo Delgado que contaram com a participação do Conselho Executivo Provincial, os membros da DEP, Presidentes dos CED's e empresariado em geral, onde se apresentou suas matrizes de prioridade visando à melhoria do ambiente de negócios nas respectivas Províncias.

Ainda no quadro das acções de resposta a pandemia viral, destacam-se os encontros realizados com o Private Sector Working Group (PSWG), um grupo de trabalho que integra parceiros de cooperação, Governo e a CTA, com objectivo primário de coordenar acções de apoio e fortalecimento do sector privado durante e no pós COVID-19.

Entretanto, devido a eclosão da pandemia da COVID-19, não se realizaram a Conferência Anual do Sector Privado e o Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócio. Todavia, foram desenvolvidas as seguintes acções de preparação para a sua efectivação:

- Elaborada a Nota de Conceito e apresentada aos parceiros e Governo
- Elaborado o draft do Programa.
- Criado o Website da XVI Conferência Anual do Sector Privado – CASP Business Summit.
- Realizado o trabalho com a Comissão de Conteúdos, nomeadamente, a identificação de temas para os debates e a realização de dois estudos, sobre os Obstáculos a Produtividade e Competitividade da Agricultura e sobre o Ambiente de Negócios, Competitividade e Promoção de Exportações que estão a ser finalizados.

4.2 Pilar II: Desenvolver Serviços de Apoio Empresarial

Este pilar tem em vista assegurar os serviços aos membros e à comunidade empresarial, de forma geral, que são essenciais e complementam o Diálogo Público-Privado. Estes serviços contribuem para o fortalecimento do movimento associativo e para uma classe empresarial engajada e participativa no processo de reformas.

4.2.1 Desenvolvimento Associativo, Relações Institucionais e Comunicação e Imagem

- No âmbito do Desenvolvimento Associativo foram programadas actividades de modo a contribuir para o desenvolvimento das Federações, Camaras do Comércio e Associações filiadas a CTA, oferecendo-as soluções que atendam as suas necessidades e proporcionem o aumento da representatividade, boa governação associativa e auto - sustentabilidade.

Neste sentido, as actividades de desenvolvimento associativo cingiram-se na:

- o Assistência aos membros designadamente, a provisão de apoio na revitalização da AIMO, da ASTROMAG; na constituição e registo da AISAL e APROCOSAL; na constituição da Federação

Moçambicana de Operadores de Madeira (FEDEMOMA); na revitalização da Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI) e da Associação Moçambicanas de Mulheres Empresárias e Executivas (ACTIVA);

- o Transformação das actividades físicas em digitais, que incluíram a organização de 3 encontros (Webinars) entre Associações e o Conselho Directivo da CTA, para aferir o impacto da COVID-19 no sector empresarial. vide anexo 4;
- o Actualização das bases de dados das Federações, Associações, e Camaras de Comércio filiadas a CTA, bem como a informação dos membros das Delegações Empresariais Provinciais que resultou na melhoria do processo de gestão e a qualidade da informação sobre os membros.
- o Constituição do Directório dos Membros do Conselho Empresarial Nacional contendo o perfil das empresas filiadas no CEN.
- o A adesão a CTA de 6 novos associados e 10 empresas ao CEN, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Novas Adesões

Associações	CEN
1. AVAPRECOZ- Associação dos vendedores de alimentos pre-cozinhados	1. CCI Engineering & Projects (PTI), Lda
2. AMEE- Associação Moçambicana dos Empreiteiros de Energia	2. IAPED- Instituto Africano de Promoção de Educação a Distância
3. AIESP - Associação das Instituições do Ensino Superior	3. BOLLORE Transport & Logistics Moçambique S.A
4. ACCM- Associação da Camara de Comercio Moçambique- Suiça	4. TurConsult, Lda
5. FEDEMOMA- Federação de Operadores de Madeira	5. Britam Companhia de Seguros de Moçambique S.A
6. AMEVE- Associação Moçambicana de Eventos	6. SICPA Mozambique, Lda
	7. STL Oil & Gas Services, Lda
	8. SEPARATION SCIENTIFIC LDA
	9. COCA- COLA SABCO MOÇAMBIQUE
	10. SMART Multisserviços, Lda

- No que concerne as Relações Institucionais, foi assegurada a promoção da diplomacia económica em prol de parcerias empresarias e interações de relacionamento e promoção da CTA com as demais instituições públicas e privadas, os seus parceiros de cooperação, nomeadamente, Governo Moçambicano e as representações diplomáticas acreditadas em Moçambique.

No contexto da Identificação e engajamento de parceiros para cooperação estratégica foram assinados 7 Memorandos de Entendimento, conforme atesta a tabela a baixo:

Tabela 5. Memorandos de Entendimento Assinados

Nº	Mês/Ano	Instituição	Objectivo do Memorando	Validade	Ponto de Situação
1	Janeiro 2020	Embaixada da França	Organização da Africa-France Summit	30 de Julho	Cancelado as actividades de seguimento, por causa do novo coronavirus
2	Janeiro 2020	Club of Mozambique	Partilha de informação relevante	1 ano renovável	Em execução
3	Janeiro 2020	Invest in Africa	Promoção de Investimento em Moçambique		Em curso
4	Março 2020	ENPCT	Incubação de Start- ups		
5	Maio 2020	The Business Years	Elaboração e veiculação de informações relevantes sobre como o sector privado moçambicano está a enfrentar a crise provocada pela COVID-19	3 anos renováveis	E curso a organização de um evento sobre Oil & Gas
6	Outubro	Ordem de Advogados de Moçambique	Estabelecer uma parceria institucional com enfoque para em matérias legais que influenciam o ambiente de negócios em Moçambique, particularmente na promoção da participação pública nos processos legislativos, de forma a influenciar a agenda legislativa nacional	1 ano renovável	
7	Outubro de 2020	Africa Oil&Power	É uma parceira estratégica para organização do Mozambique Gas & Power 2021,	31 de Março	A cimeira inicialmente marcada para 10 de Março foi adiada devido as medida do Estado de Calamidade Pública.

No âmbito da Comunicação e Imagem as acções desenvolvidas tinham em vista garantir uma imagem positiva da CTA junto dos diferentes stakeholders no âmbito do Diálogo Público-Privado, bem assim garantir o acompanhamento (cobertura) das actividades onde participem os membros do Conselho Directivo e da Direcção Executiva para sua posterior difusão na média generalista e nas plataformas de comunicação da CTA, sendo de destacar:

1. Publicação regular da CTANewsletter.
2. Entrevistas do Conselho Directivo a media;

3. Entrevistas aos Membros dos Pelouros;
4. Entrevistas aos Membros da CTA.

Com o objectivo de dar mais visibilidades aos membros do CEN, na Newsletter foi introduzida uma rubrica de entrevista às empresas membros do CEN, mais viradas para a promoção da imagem das empresas, o que criou uma certa motivação aos membros.

A mesma estratégia foi adoptada em relação aos associados, com a criação das rubricas “Perfil de Membro” e “Bem-vindo ao novo membro”, onde, essencialmente, traz-se um perfil da associação, que inclui o nome e a sigla, o ramo de actividade, o número de membros, os endereços físico e electrónico, os contactos, o nome do Presidente e uma breve descrição sobre o objectivo da agremiação.

Igualmente, com vista ao fortalecimento dos mecanismos de interação com os membros e a classe empresarial em geral, intensificou-se a partilha de informação diversa, sendo de destacar as oportunidades de negócios, oportunidades de financiamento e pareceres sobre as propostas de leis, o que permitiu maior envolvimento da classe empresarial nas reformas legislativas em curso.

4.2.2 Serviço de Apoio ao Empresariado

No que concerne ao apoio ao Empresariado, importa destacar, as seguintes actividades de promoção de negócio e apoio as empresas para desenvolvimento de negócios sustentáveis foram realizadas:

- Actividade de Desenvolvimento e Capacitação Empresarial / Gestão de Compliance com vista a mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 sobre o tecido empresarial, foi prestado apoio na disseminação das linhas de financiamento do BNI tendo sido submetido através da CTA 206 projectos provenientes de todo País.
- Em parceria com a DEIK instituição congénere da Turquia foram desenvolvidos B2B virtuais, TURKEY-MOZAMBIQUE INTERCONNECTED BUSINESS SERIES que visam promover e desenvolver negócios entre empresas moçambicanas e turcas, tendo a primeira sessão contado com a participação de 30 empresas e foi dedicada ao sector da Saúde.

No que tange a actividade de Facilitação de Acesso a Financiamento destaca-se o Lançamento da linha de Financiamento do AFREXIMBANK para materiais relevantes para o combate ao COVID-19, tendo 19 projectos submetidos englobando produtos farmacêuticos aplicáveis, equipamentos médicos, produção agrícola, fertilizantes.

Foi efectuado o levantamento de dados para o lançamento de um fundo avícola do Banco Africano de Desenvolvimento. Igualmente, foi feita a auscultação do sector privado para a revisão do meio-termo da estratégia do BAD para Moçambique (CSP 2018-2022).

Ainda no domínio da facilitação de acesso a financiamento destaca-se:

- A análise de 18 propostas de projectos para segunda Janela do Comité de investimento do Fundo

de Garantia do Sector Agrário BNI/FDA.

- Assunção da presidência do Comité Local de Avaliação de propostas de Mdi no âmbito do MozBio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, onde foram analisadas 59 propostas de projectos nos sectores de serviços, indústria e agronegócio.
- A divulgação da linha de financiamento da Southern Africa Trade and Investment Hub - Finance and Investment, tendo resultado na submissão de 18 projectos nos sectores de serviços, indústria e agronegócio.
- A divulgação de oportunidade de exportar mel, feijões e noses para África do Sul no âmbito da iniciativa AGOA.

No âmbito da implementação do MdE com a GAIN deu-se seguimento a mobilização de financiamento, incluindo o Fundo de Recuperação de Empresas pós ciclone (BRF), onde mais de 100 empresas de todo o país submeterem projectos com potencial de aumentar a disponibilidade e acesso a alimentos nutritivos no mercado, que contribuam no combate à malnutrição em Moçambique, dos quais 15 já foram aprovados, perfazendo um montante de USD 1,05 milhão. O financiamento é através de aplicações de subvenção e co-investimento e os valores foram desembolsados sob forma de Grant em várias tranches ao longo deste ano. As empresas seleccionadas recebem, para além da assistência financeira, a assistência no desenvolvimento do plano de negócios e assistência técnica para sua implementação.

Ainda no rol da parceria com a GAIN, procedeu-se ao lançamento do Manual sobre Nutrição no Local de Trabalho, um guião que permite as empresas, que queiram lançar programas de nutrição para a força laboral, possam fazê-lo, mesmo que não tenham nenhuma experiência sobre a matéria.

Promoção e Desenvolvimento de Negócio foi compilada a Base de dado do agronegócio que permitiu conhecimento dos operadores ao longo do País. A base de dado foi partilhada com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No contexto das acções para mitigar a pandemia da COVID-19 foi criada uma base de dados das capacidades do sector privado nacional no fornecimento de equipamentos e materiais necessários para prevenção e tratamento, tendo sido identificadas mais de 70 empresas que estão disponíveis para participar na produção e fornecimento em resposta às necessidades do Sistema Nacional de Saúde devido à COVID-19.

No âmbito da promoção da Certificação das empresas moçambicanas deu-se continuidade a materialização do Programa Nacional de Certificação Empresarial (PRONACER) que tem como objectivo principal assegurar uma participação efectiva e sustentável das empresas nacionais, incluindo PMEs na cadeia de bens e serviços a indústria de carvão, petróleo e gás natural em Moçambique.

Neste sentido, em 2020 (i) foram inscritas 155 empresas, a nível de todo o país; (ii) lançou-se uma manifestação de interesse para a contratação de serviços de consultoria para formação e pré-qualificação das empresas beneficiárias, onde iniciou com o processo de formação as empresas e a pré-qualificação que culminará com a certificação; e (iii) iniciada a II Fase de Pré qualificação do PRONACER na qual participam 25 empresas a nível do País.

Provedor do Empresário

No que concerne a Assistência Técnica ao Empresário, em 2020, foram recebidos 23 casos, versando sobre a extensão do DIRE, conflito de terra no Município da Cidade de Maputo, reclamação sobre a fórmula de cálculo do ICE, e reclamação do benefício da medida de perdão de multas e redução de juros de mora junto do INSS.

Importa realçar a conclusão de dois casos relacionados a dificuldades no registo de direitos da propriedade industrial por parte de duas empresas, e o outro caso diz respeito a reclamação da reposição da legalidade do prazo benefício perdão de multas e redução de juros de mora junto do INSS no âmbito do Estado de Emergência. Vide a tabela com exemplo dos casos atendidos

Tabela 6. Atividades de Provedoria do Empresário

Nº	Actividade Realizada	Assunto	Ponto de Situação
1	Carta contestação ao Instituto da Propriedade Industrial	Dificuldade no registo de marcas das empresas Cine Group e Piripiri Chicken	Caso resolvido com sucesso
2	Carta contestação a decisão do ANE	A Twigg Exploration & Mining, Lda reclama sobre a restrição de peso na ponte sobre o Rio Lúrio e no troço entre Namialo e Metoro (N1	Em curso
3	Conflito de alguns empresários de Nampula com Conselho Municipal local	Inquietação de um grupo de empresários de Nampula sobre a taxa cobrada pelo Conselho Municipal local para carga e descarga de mercadorias em espaços públicos e privados	Em curso
4	Carta contestação a INSS	Turcos e Algodões, Lda reclama a reposição da legalidade do prazo benefício perdão de multas e redução de juros de mora junto do INSS no âmbito do Estado de Emergência	Caso resolvido com sucesso
5	Carta contestação a Autoridade Tributária	Leniges Licores e Produtos Caseiros, EI reclama a forma como as Alfândegas têm estado a cobrar o Imposto sobre o Consumo Específico	Enviada carta resposta enviada a empresa.
6	Carta solicitando despacho do SENAMI	A TurConsult pediu Intervenção para obtenção de despacho do SENAMI para obtenção de DIRE de uma colaboradora	Encontro com a Migração realizado.

Nº	Actividade Realizada	Assunto	Ponto de Situação
7	Carta contestação ao SENAMI	Discordância das Taxas cobradas pelo SENAMI nos Postos Fronteiriços aos Veículos Pesados	Em curso

4.3 Pilar III: Internacionalização da CTA

É neste pilar que a CTA pretende alargar a assistência e o apoio às empresas além-fronteiras. Esta internacionalização pretende-se assegurar através da implementação dos memorandos com organizações congéneres com o objectivo de consolidar as parcerias no âmbito da colecta de informações, promoção do comércio entre os países, divulgação de informação sobre a realização de eventos, para além de que a internacionalização permite criar condições para que a CTA mobilize recursos financeiros internacionais para o financiamento do sector privado em Moçambique.

Por causa da pandemia da COVID-19, as restrições de movimentação e de realização de eventos não foi possível realizar todas as missões empresariais planificadas para o período em apreço. Todavia, foi possível realizar 1 missão a Londres de forma física, e 4 no formato virtual, nomeadamente os fóruns de negócios com Índia, África do Sul, Holanda e França.

4.4 Pilar IV: Promoção de Oportunidades de Negócios ao Sector Privado

Este pilar tem em vista promover cada vez mais oportunidades de investimento e negócios ao sector privado num contexto em que os desafios da globalização impõem a necessidade de aumento da competitividade para responder os níveis crescentes de consumo, e desta forma com níveis qualidades muito exigentes.

Devido aos motivos mencionados ao longo do documento, não foi possível realizar missões empresariais planificadas para o período em apreço, como por exemplo a “8ª edição do Fórum de CEO’s da África”, na Costa de Marfim, a Expo Dubai, missão empresarial a Londres.

Entretanto como fruto, da adaptação a nova realidade imposta pela pandemia viral, foi possível organizar sessões como Virtual Vale Day e Projecto MZLNG: Seminário de Oportunidades Locais.

4.5 Pilar V: Reforçar a Capacidade Institucional da CTA

Com vista a melhoria da capacidade institucional da CTA, em 2020 foram realizadas várias actividades no âmbito da Governação e de Gestão dos Recursos Humanos.

4.5.1 Governação

Tendo por objectivo elaborar e aprovar instrumentos normativos de Governação, que estejam alinhados com os Estatutos e com a Estrutura Organizacional, foi elaborado o Regulamento Eleitoral da CTA. Com o mesmo objectivo foi lançado o concurso para elaboração dos IN por uma consultoria jurídica externa que após análise das propostas recebidas pelo Júri, está em curso o processo de adjudicação. Trata-se da elaboração do Código de Conduta e Ética, Regulamento Interno da CTA, Regulamentos de Funcionamento das DEPs e do CEN.

4.5.2 Gestão de Recursos Humanos

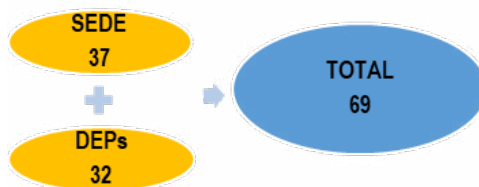
Implementado o Sistema de Avaliação de Desempenho que visa providenciar bases objectivas de avaliação do desempenho, que sustentem uma atribuição fundamentada de compensações relacionadas com o desempenho (quando aplicável e sustentável financeiramente), uma planificação adequada de formação e desenvolvimento dos colaboradores e um sistema eficaz de progressão na carreira dos colaboradores da CTA.

Implementação do Manual de Processos e Responsabilidades visando reforçar a organização e dotar maior eficiência institucional.

Por outro lado, durante o período em referência a CTA contratou dois (2) colaboradores para sede e a nível das DEPs lançou-se concurso para a contratação de 2 gestores para Zambézia e Nampula para reforço do quadro de pessoal existente e melhoria da sua capacidade de prestação de serviços, tendo sido contratado um Gestor para a Delegação de Nampula. A nível da sede, equaciona-se a abertura de um concurso para contratação de técnicos para reforço da UPCR da UDARI.

No período em referência a CTA apresenta-se com uma estrutura funcional de 69 colaboradores distribuído pelas Unidades e pelos DEPs conforme ilustrado abaixo.

Figura 3: Situação de recursos humanos



No âmbito da prevenção contra o COVID-19 estabeleceu-se uma escala para a rotatividade da presença dos colaboradores no escritório e assegurou-se as demais medidas de prevenção que incluiu a disponibilização de máscaras, luvas e desinfectantes.

4.6 Prestação de Serviços e Actividades de Suporte

4.6.1 Estudos, Pareceres e Assessoria Jurídica

No período em análise foram realizadas reflexões, análises que serviram de suporte a agenda de Reformas da CTA no contexto do DPP, assim como conferir um suporte científico, analítico às actividades da CTA e proposta de acções estratégicas para a monitoria das reformas em curso. Vide anexo 3

Deu-se continuidade a realização dos Economic Briefing, tendo na ocasião sido lançado o Índice de Robustez Empresarial, um indicador de monitoria do desempenho empresarial em Moçambique, publicado trimestralmente que, para além de contribuir para informar o mercado sobre as dinâmicas da situação das empresas irá influenciar a formulação de políticas económicas com enfoque no sector privado.

Foi desenvolvida uma ferramenta em parceria com a USAID, para avaliar o impacto das dinâmicas macroeconómicas sobre o desempenho empresarial, mormente a sua capacidade financeira, margem de lucro e produtividade.

Quanto a assessoria jurídica procedeu-se a análise e parecer de pedidos de adesão de 13 Entidades, sendo 1 Federação, 1 Câmara de Comércio e 11 Associações, das quais obtiveram recomendação positiva para adesão a Federação Moçambicana de Operadores de Madeira, a Câmara de Comércio Moçambique-Suíça, e 09 pedidos das Associações. no que concerne à adesão ao CEN, foram revistos 4 pedidos de adesão, os quais obtiveram todos parecer positivo.

Foram elaborados 08 MdE, dos quais 5 foram já assinados, concretamente, com entidades nacionais, os Memorandos com a Ordem dos Advogados para o apoio às actividades do s Pelouros e do Gabinete de Apoio Empresarial da CTA; com o Município de Maputo para a Exploração do Mercado de Frango e Magumba; e internacionais com a AFRICA OIL & SZ & W Group, Comissão de Organização do 5º Congresso de Gas e LNG da África Oriental e Ocidental.

No âmbito da elaboração dos instrumentos normativos da CTA, foi revisto o Regulamento Eleitoral, e iniciou a elaboração do Código de Conduta e Ética e Regulamento das DEPs.

De igual forma, foi garantida a prestação da assessoria jurídica ao Conselho Directivo e à Direcção Executiva em diversas matérias bem como na gestão do Fundo de Apoio Associativo, e na interpretação das medidas do Estado de Emergência e Calamidade Pública no âmbito da pandemia da COVID-19.

4.6.2 Monitoria da Covid-19

Desde que a eclodiu a pandemia viral, temos defendido a necessidade de um pacote de estímulos para assegurar a sobrevivência das empresas e salvaguardar os postos de trabalho.

Esta abordagem tem como base na experiência dos outros países que para fazer face aos impactos do novo coronavírus na economia, tem estado a implementar medidas de política económica com vista a

estimular a actividade económica e evitar uma contracção significativa da actividade empresarial. No pacote de estímulos destaca-se o lançamento de linhas de financiamento suportadas pelos recursos do tesouro público. Paralelamente, assiste-se o movimento por parte dos Bancos Centrais para injectar liquidez necessária aos mercados.

Na sequência do diálogo e da advocacia que foi assegurada durante este período, na busca de soluções face aos desafios emergentes, a CTA influenciou o anúncio do governo de um conjunto de medidas fiscais, aduaneiras, financeiras e laborais para apoiar o sector empresarial e minimizar o colapso da economia que poderia resultar dos impactos da COVID-19.

Perante a falta de facturação e o risco de paralisação do funcionamento das empresas, a CTA influenciou junto do Governo, Parceiros de Cooperação e instituições como o BNI e INSS, no desenho e a disponibilização de linhas de financiamento para apoiar o tecido empresarial. Foi fruto deste trabalho que assistimos ao lançamento da janela de financiamento do BNI com um montante de 1,6 mil milhões de Mt. Ainda que esta dotação financeira esteja muito aquém das necessidades de financiamento do sector empresarial nacional, ela significou um grande apoio para a sobrevivência e recuperação das empresas gravemente afectadas pela COVID-19.

Ainda no capítulo, da provisão de recursos para a economia, assinala-se o lançamento da janela de financiamento de USD 500 milhões por parte do Banco de Moçambique. Todavia, a CTA chamou atenção ao facto do impacto desta iniciativa ser incipiente, razão pela qual tem defendido a reconfiguração dos termos da mesma, através da disponibilização da linha via Mercado Cambial Interbancário; Transformar a linha em fundo de garantia para financiar os sectores primários e secundários, como forma de responder as necessidades do consumo doméstico que não podem ser atendidas pelo mercado externo, tendo em conta as restrições que os diversos mercados vivem. e ao manter a linha no Mercado Monetário Interbancário, deveriam ser alteradas as condições, particularmente a taxa de juro de forma a torna-la atrativa a banca.

No âmbito da adequação da Confederação as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, foram realizados 14 teleconferências (Webinars), abrangendo diferentes temáticas como tributação, uso de TICs, avaliação do impacto da COVID-19 no tecido empresarial e discussão sobre as medidas decretadas pelo Governo no âmbito do Estado de Emergência.

4.6.3 Visitas de monitoria

Foram realizadas visitas de trabalho as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica, Tete, Zambézia e Sofala no quadro da parceria com o programa SBN implementado pela GAIN.

Nesta missão, constituiu objectivo auscultar empresários das regiões centro e norte para apurar a implementação do Fundo de Recuperação de Empresas pós ciclone IDAI e Kenneth, um fundo estabelecido em parceria com a GAIN; o impacto da Covid-19 e delinear novas estratégias de apoio e assistência empresarial. Abaixo os principais resultados da missão encontram-se no anexo 5.

4.6.4 Actividades Desenvolvidas pelas Delegações Empresariais Provinciais

A título do que sucedeu com as actividades planificadas a nível central, as DEPs também viram desenvolverem várias actividades nos domínios do DPP, Desenvolvimento associativo, divulgação de oportunidades de negócios. Para um maior detalhe vide o anexo 1.

Proseguiu-se com a criação dos Conselhos Empresariais Distritais, tendo para o efeito sido criadas no período em análise 5 CEDs perfazendo neste momento 94 CED, isto é, uma cobertura territorial de 61%. As províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Tete têm uma cobertura de 100% dos distritos.

4.6.5 Participação do Sector Privado em Acções de Responsabilidade Social

Neste período, a acção da CTA centrou-se nos esforços para mitigar os impactos da COVID-19 no País que consistiu na mobilização dos empresários para entre outros a provisão de meios de prevenção, alargamento de serviços de testagem; promoção da produção de mascaras faciais, em parceria com a Associação Nacional de Jovens Empresários o que contribuiu para a geração de emprego e acessibilidade as mascaras; e em parceria com a GIZ foi concebido de uma Webpage que sistematiza toda informação sobre COVID19, o que facilita a informação para PME's e a sociedade em geral.

Neste contexto, em parceria com a USAID, fez-se a entrega de mais de 20 mil mascaras a MozMarkets, uma associação de vendedores de mercados e feiras, e ao MISAU diversos bens de protecção e higienização doados.

A nível provincial ressalta-se a mobilização na DEP de Niassa de 250 mil Mt e outros materiais como baldes, mascaras, sabão e pulverizadores; na DEP de Cabo Delgado mobilizou-se 650 mil Mt, para aquisição de mascaras e kits de higienização; As DEPs de Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo também conseguiram apoios notáveis para a prevenção contra o COVID-19 designadamente em materiais de prevenção.

Realizaram-se também campanhas de solidariedade empresarial para apoio as vitima das acções de terroristas em Cabo Delgado.

4.6.6 Organização das Eleições dos Novos Membros dos Órgãos Sociais da CTA

Realizaram-se as eleições para os novos membros dos órgãos sociais da CTA, tendo, para o efeito, concorrido 2 listas encabeçadas por Agostinho Vuma (Lista A) e Álvaro Massinga (Lista B), tendo a Lista A saído vitoriosa.

As eleições contaram com a participação de 119 membros, entre associações, federações e câmaras, representando todo País, e a tomada de posse dos órgãos sociais eleitos teve lugar no mesmo dia das eleições.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.1 Receitas

De uma previsão de 211,46 milhões de MT, em 2020, foram mobilizadas receitas no montante de 100,6 milhões de Mts. Os detalhes por fonte estão conforme a tabela a seguir:

Tabela 7. Execução da Receita 2020

Despesas (Milhões de Meticals)	2019			2020			Var
	Plano	Execução	Grau de Execução	Plano	Execução	Grau de Execução	
1. Diálogo Público Privado	43.45	54.97	126.5%	88.61	3.39	3.8%	-94%
2. Desenvolvimento Associativo	46.65	30.01	64.3%	31.53	7.11	22.6%	-76%
3. Relações Institucionais e Cooperação	2.54	19.62	771.6%	9.78	0.81	8.3%	-96%
4. Investigação e Análise Económica	2.80	3.22	114.9%	5.91	0.09	1.5%	-97%
5. Desenvolvimento e Apoio Empresarial	30.27	0.30	1.0%	11.51	0.08	0.7%	-74%
6. Desenvolvimento e Capacitação Institucional	107.98	64.97	60.2%	63.07	88.44	140.2%	36%
Contingências (0.5%)	1.17	6.78	580.6%	1.05	0.00	0.0%	-100%
TOTAL	234.86	179.88	76.6%	211.46	99.93	47.3%	-44%

O volume de receitas mobilizadas em 2020 corresponde a 47,6% do total de receitas planificadas para o ano de 2020 e uma redução em 41 % face a execução de 2020. Este desempenho tanto das Receitas Próprias, quanto os Parceiros de Cooperação foi influenciado negativamente pelos efeitos da pandemia viral, que resultaram na suspensão de algumas actividades que constituem fonte de receita, tal é o caso da CASP, por um lado. Por outro, pelo baixo desembolso das receitas provenientes dos parceiros de cooperação, principalmente da USAID e da FAN.

A execução da Receitas Próprias situou-se em 43.7% do total anual programado o que equivale a uma redução em 30.4% comparativamente a execução de 2019, explicado pela execução da rubrica de Patrocínios e Missões Empresarias que tiveram uma realização de 8.2% e 1.1% respectivamente devido aos motivos acima aludidos que culminaram com o cancelamento da realização da XVII CASP e das Missões Empresarias.

O volume de receitas mobilizados na rubrica Quotas dos Membros (CEN e Associações) que se situou a 107.3%, isto é, 53.1% acima do registado em 2019, evidencia o esforço feito pelos membros e associados para a liquidação das suas quotas para assegurar a sua participação na Assembleia Eleitoral havida em Dezembro.

A capacidade de mobilização de recursos dos Parceiros de Cooperação que teve grau de execução de 65.6% do programado para o ano, o correspondente a 59.8% de redução face a 2019. Este desempenho foi influenciado pelo termino dos desembolsos da FAN no âmbito do projecto PRONACER e também o término do Contrato Programa com a USAID.

5.2 Despesas

No período em análise foram despendidos 99,93 milhões de MT, que correspondem a 47,3% do total planificado para o presente ano, uma variação negativa de 44% em relação a execução de 2019. Os detalhes dos gastos estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 8. Execução da Despesa 2020

RECEITAS (Milhões de Reais)	2019			2020			Var
	Plano	Execução	Grau de Execução	Plano	Execução	Grau de Execução	
Receitas Próprias	102.66	108.88	106.1%	173.53	75.76	43.7%	-30%
Quotas dos Membros	19.56	15.02	76.8%	21.43	22.99	107.3%	53%
Patrocínios	42.70	41.41	97.0%	104.00	8.57	8.2%	-79%
Gabinete de Apoio Empresarial	3.00	0.31	10.2%	1.00	0.00	0.0%	-100%
Responsabilidade Social	0.00	3.50		0.00	0.00		-100%
Missões Empresariais	0.00	4.87		9.00	0.10	1.1%	-98%
Rendidas e Dividendos	37.40	43.77	117.0%	39.10	44.10	115.7%	1%
Parceiros de Cooperação	135.95	61.62	45.5%	37.93	24.86	65.6%	-60%
USAID	43.95	20.82	47.4%	31.72	24.86	78.4%	19%
FAN	32.00	20.19	63.1%	6.21	0.00	0.0%	-100%
ADVZ	60	20.80	34.7%	0.00	0.00		-100%
TOTAL DE RECEITAS	238.60	170.70	71.5%	211.46	100.63	47.6%	-41%

A avaliação do nível de execução das actividades teve como base o orçamento previsto para todo o ano. Com efeito, pode-se depreender da tabela acima que, o grau de execução neste período é relativamente baixo, sendo explicado devido a situação da pandemia viral ainda prevalente, que afectou praticamente todos os pressupostos do orçamento para 2020, e com isso, o desempenho orçamental também.

Realça-se que a limitação da realização de eventos e da movimentação de pessoas, ditou ao cancelamento de actividades como a CASP e os CMAN, bem assim as Missões Empresariais, o que exigiu da Confederação a adaptação do trabalho físico para o digital.

Em termos de áreas de acção, a área de Desenvolvimento e Capacitação Institucional que integra os custos operacionais da CTA, incluindo salários, amortizações do crédito bancário, bem como diversas actividades de funcionamento foi que absorveu maior porção de recursos no montante de 17,59 milhões de MT, uma execução na ordem de 140% acima do orçamento, em parte reflectindo actividades realizadas visando assegurar as medidas de prevenção e combate à COVID-19, tais como dotar os gestores em meios de trabalho remoto, matérias de prevenção entre outras.

A nível das acções de resposta directa à COVID-19, pontifica a realização de estudos e reflexões sobre a o impacto da COVID-19, e medidas para a sua mitigação, o mapeamento dos sectores essenciais, planos de contingências e programa de apoio a recuperação.

6. CONCLUSÕES

Num contexto desafiante marcado pela eclosão da pandemia viral, o desempenho das actividades no ano de 2020 é satisfatório, visto que a Confederação conseguiu reinventar-se face as adversidades deparadas ao longo do ano e levar a bom conteúdo acções conexas à facilitação do fazer negócios e desenvolvimento empresarial sustentável no País. Como resultado foi alcançado um nível de execução de 63,6% das actividades, sendo 40,9% na totalidade e 22,7% de forma parcial.

A nível da execução orçamental, o volume de receitas mobilizadas em 2020 corresponde a 47,6% do total de receitas planificadas para o ano de 2020 e uma redução em 41% face a execução de 2019. E as despesas realizadas perfazem 47.3% do total planificado, isto é, uma redução de 44% em relação a 2019. As variações negativas tanto no volume de receitas como nas despesas revelam os impactos da Pandemia da COVID-19 sobre as actividades planificadas para 2020.

Entre as actividades que não se realizaram, destaca-se a XVII CASP e o VIII CMAN bem como as missões empresarias previstas para o período em foco.

A despeito destes constrangimentos, continuou-se com o processo de descentralização dos processos de tomada de decisão e monitoria do DPP para os níveis Provinciais e Distrital, sendo destacável o aumento a cobertura dos distritos da Confederação para 61%, o que concorreu para o aumento da visibilidade da CTA a nível das províncias e distritos como interlocutor do sector privado.

Em relação a provisão de serviços aos associados, garantiu-se a assistência na revitalização de associações e capacitação institucional, bem assim assegurou-se assistência empresarial tendo sido divulgadas linhas de financiamento e providenciou-se informação útil à comunidade empresarial e ao público em geral. Aqui destaca-se o lançamento do Índice de Robustez Empresarial e as avaliações do impacto da Covid-19 para o sector empresarial e medidas para sua mitigação bem como a realização de webinars versando sobre assuntos de interesse empresarial com realce para o esclarecimento das medidas do Estado de Emergência e de Calamidade Pública.

Como resultado destas acções assistiu-se aumento de interesse por parte do empresariado nacional para fazer parte da CTA, conforme demonstra a adesão a CTA de 6 novos associados e 10 empresas ao CEN.

Atenção especial também foi dada para a promoção de oportunidade de investimento e negócios ao sector privado num contexto em que os desafios da globalização impõem a necessidade de se estabelecer parcerias bem como aumentar a oferta de serviços de qualidade ou que reúna os requisitos internacionalmente estabelecidos, sendo destacável a implementação do PRONACER.

E no contexto do reforço da capacidade institucional deu-se prosseguimento a elaboração dos instrumentos normativos, com a elaboração do Regulamento Eleitoral, e deu-se continuidade a implementação do sistema de avaliação de desempenho bem como a capacitação dos colaboradores.

Desafios/ Constrangimentos

A materialização do Plano de Actividades e Orçamento de 2020, no período em foi marcado pelos constrangimentos impostos pela eclosão da pandemia da COVID-19. Em todo caso, adicionam-se outros aspectos, sendo de destacar:

- Exiguidade de recursos para o financiamento de algumas actividades previstas no plano de Actividades.
- Baixo nível de realização de reformas
- Implementação efectiva dos Memorandos de Entendimento assinados pela CTA de modo a materializar os seus objectivos e maximizar os benefícios para a classe empresarial moçambicana.
- Capacitação dos Conselhos Empresarias Distritais para procederem ao levantamento das questões que impactam o ambiente de negócio a nível local e elaborar a respectiva matriz.

Anexo 1: Acções Desenvolvidas em Resposta a COVID-19

I. Apoio ao Tratamento	
1. Mobilização do Sector Privado para dar resposta	Criado Task Forces Provinciais do Sector Privado
	Produzido e veiculado um spot mobilizador do Sector Privado
	Mobilizados meios (transportes e infraestruturas) para reforço da capacidade dos centros de tratamento determinados pelos Serviços de Saúde
	Monitorados os grupos de risco (Transportadores, Pescadores e restaurantes)
	Coordenados os operadores privados da saúde a assegurar a logística de produtos de prevenção.
	Criado um centro de acolhimento hospitalar com meios privados
	Criado um portal dedicado ao COVID-19
2. Apoio na coordenação de fornecimentos essenciais do COVID-19 garantir a disponibilidade de recursos críticos de proteção e salvamento no lugar certo, no momento certo e na quantidade certa para uma resposta a COVID-19.	Criada uma base de dados das capacidades do sector privado nacional no fornecimento de equipamentos e materiais necessários para prevenção e tratamento

II. Projecção e Mitigação do Impacto Empresarial	
3. Coordenar com os operadores de mercado de bens e serviços alimentícios essenciais durante todo o ano, mas, diante de uma pandemia, é fundamental que as prateleiras permaneçam estocadas e os suprimentos continuem abundantes.	Identificados os principais produtores e importadores de bens alimentícios e seus distribuidores
	Identificar os grandes centros de aquisição de produtos de consumo
	Garantido a circulação de informação e reduzir focos de especulação de preços
1 Análise do Impacto	Realizado inquéritos para apuramento dos impactos projectáveis nos sectores prioritários de actividade económica.
	Realizados 3 estudo sobre o impacto da COVID-19
2 Acções de Mitigação	Elaborada uma proposta de pacote de medidas para mitigação que foi partilhada com Governo
	Elaborado um Business Continuity Planning (Um sistemas para lidar com potenciais ameaças para a continuidade de cadeia de fornecimentos)
3 Workshop para Planificação das Medidas de Contingência e Apoio a Recuperação Empresarial	Realizados redondas de nível nacional via teleconferência.

Anexo 2: Actividades Desenvolvidas pelas Delegações Empresariais Províncias

DIMENSÃO	ACTIVIDADES
DPP	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalizados grupos de trabalho, que incluiu actualização da base de dados, para adequar a nova administração provincial descentralizada; • Realização de encontros com as novas administrações provinciais para apresentação e engajamento do DPP; • Realização de reuniões com parceiros ajustados aos condicionalismos impostos pela pandemia do COVID-19; • Criadas comissões de resposta a COVID-19 que mantiveram encontros com Governo para avaliação do impacto da pandemia no tecido empresarial; • Como resultado do DPP foi possível por exemplo suspender a aplicação da nova Taxa Municipal de Turista e a revisão do Imposto Predial Autárquico na Cidade de Pemba; na província de Manica foi revisto a taxa de portagem que era insustentável para os transportadores. • Realizados fóruns empresarias nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane, Gaza e Maputo

DIMENSÃO	ACTIVIDADES
Desenvolvimento associativo	<ul style="list-style-type: none"> • Actualização da base de dados das associações e das empresas; • Revitalizadas 2 associações, como a dos Avicultores da Província de Manica-APAM, de Hotelaria e Turismo-AHOTUMA; e criadas 2 associações da Mulher Empreendedora, sendo uma da província de Manica-AMOF e a outra do Distrito de Manica- AMEM
Promoção de Oportunidades de negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de linhas de financiamento do Sustenta e BNI • Realização da 1ª Conferência Integrada de Desenvolvimento do agronegócio da Província de Manica • Realização da Conferência de investimento na Província de Zambézia

Anexo 3: Estudos, Position Papers

Estudo/reflexão	Principais conclusões
1. Provável impacto do COVID-19 no sector empresarial moçambicano e propostas de medidas para a sua mitigação	<p>O estudo tem como objectivo principal analisar o impacto da pandemia do COVID-19 no sector empresarial nacional e no crescimento económico do País.</p> <p>Privilegiou-se uma metodologia diversificada, tendo a análise considerado os efeitos para um cenário que a crise perdure por 3 meses e uma situação até 6 meses.</p> <p>Entre os sectores mais afectados, o sector do Turismo e o que mais se evidencia. O estudo apresentou um pacote de medidas de índole fiscal, aduaneira, monetária, laboral e outras.</p>
2. Avaliação da implementação do Estado de Emergência no sector empresarial	<p>Com base num inquérito administrado a um total de 200 empresas, constatou-se que apesar do Decreto 12/2020 de 2 de Abril que aprova as medidas do estado de emergência seja de conhecimento do sector empresarial, este não é suficientemente claro e carece de regulamentação específica para algumas matérias. A principal implicação financeira/operacional da implementação destas medidas para as empresas é a redução do nível de actividade produtiva.</p>
3. Actualização do estudo do impacto da COVID-19 no sector empresarial	<p>Em curso. Realizado o inquérito às empresas; auscultação de empresas/associações para captar as dinâmicas dos impactos da Pandemia nos seus negócios.</p>
4. Desafios ao Sector do Turismo e Medidas para a sua Alavancagem	<p>Concluído o primeiro Draft O Estudo aborda os principais constrangimentos ao Desenvolvimento do sector com destaque para o ambiente de negócios no geral e o quadro regulatório específico do sector e propõe medidas para elevar o potencial deste sector no curto, médio e longo prazo</p>

Estudo/reflexão	Principais conclusões
5. Contribuição do sector privado para agenda do sector agrário 2020-2024	O estudo aborda os principais tópicos que o sector privado considera necessários para a melhoria do ambiente de negócios e aumento da competitividade das empresas e dos bens produzidos. Entre as medidas advogadas consta a criação do Instituto de Algodão e Oleaginosas, e do Instituto de Amêndoas de Moçambique. A criação destas instituições vai permitir implementar mecanismos de integração da produção nacional e envolvimento efectivo dos pequenos e médios produtores, como sejam por via de contractos de produção ou fomento, para culturas como soja, gergelim, girassol e macadâmia. Concluído, com a colaboração da OMR
6. Contribuição do Sector Privado para Agenda do Sector da Cultura e Turismo 2020-2024	O estudo aborda os principais tópicos que o sector privado considera necessários para a melhoria do ambiente de negócios e aumento da competitividade do sector do turismo. Entre as medidas advogadas consta a introdução do visto online, melhoria das estatísticas do sector e a promoção do turismo de conservação. Concluído e Submetido ao Ministério da Cultura e Turismo
7. Regras e princípios exigidos aos operadores de restauração e hotelaria	Familiarizados os operadores com as normas de operacionalização das suas actividades, incluindo o alvará, certificado de início de actividade, higienização, manipulação e alimentos e utensílios de cozinha
8. Regime de entrada de estrangeiros em moçambique	Abordados os procedimentos legais que cidadãos estrangeiros devem cumprir para entrar e permanecer em Moçambique, destacando as diferentes formas de visto
9. Análise do Impacto da COVID 19 no turismo, na indústria Manufactureira, na Indústria Extractiva, no Sector dos Transportes e construção	Os resultados das análises serviram de base de informação para os briefings semanais.
10. Impacto da redução das taxas de referência no sector empresarial	A redução da taxa MIMO levou a redução da prime rate em 50pb (de 18,4% para 17,9%), isto permitiu um alívio no serviço de dívida em Maio de cerca de 64 milhões de Mt.. De forma agregada o benefício para economia é estimado em 18 mil milhões de Mt.
11. Análise da Redução da MIMO de Junho	A redução da MIMO poderá ser transmitida de forma similar a redução havida em Abril último. Portanto, pelo facto de a redução ter acontecido no dia 17, a transmissão para o mês de Julho será de 50pb e para Agosto será de 50pb assumindo que o volume de operações no Mercado Monetário Interbancário seja normalmente distribuída durante o corrente mês de Junho. Nestes termos, pode-se esperar um decréscimo na prime rate para 16,40% em Julho e 15,90% para Agosto, resultando num alívio total de 127 Milhões de Meticais.

Estudo/reflexão	Principais conclusões
12. Falta de divisas no Sistema Financeiro Moçambicano ou Excesso de Protecionismo	Esta reflexão pretendia desvendar a razão de falta de divisas no sector empresarial considerando que o banco de moçambique afirmava que o sistema esta suficientemente capitalizado. A conclusão foi que existia uma restrição na venda de divisas aliada a má interpretação do regulamento das normas e procedimentos cambiais.
13. Ilações sobre Reforma Fiscal e seu impacto no Ambiente de Negócios em Moçambique	Esta avaliação do impacto da reforma fiscal na facilidade de fazer negócios, permite aferir que a reforma fiscal de 2007 (que abrangeu todos os instrumentos fiscais) e as revisões pontuais de 2013 (IRPS e IRPC) e 2016 (para o CIVA), não contribuiriam significativamente para a melhoria do ambiente de negócios no País quanto ao processo de pagamento de imposto tendo o País, de modo geral, registado uma degradação da pontuação de 61 em 2006 para 67 em 2016, no Doing Business.

Anexo 4: Principais Webinars, Jan-Dezembro 2020

Actividade	Ponto de situação	Participantes e Objecto
1. Estado de Emergência: o impacto das medidas decretadas a nível empresarial	Realizado com a colaboração de Tomas Timbane Advogado	170 Participantes. Reflectiu-se sobre a implementação das medidas anunciadas pelo Governo no âmbito do primeiro mês do Estado de Emergência
2. Esclarecendo o Estado de Emergência no sector empresarial	Realizado com a colaboração do INAE	240 Participantes. Esclarecimento das medidas que afectavam a actividade das empresas
3. Estado de Calamidade Publica – Medidas decretadas e seu Impacto para Sector Privado	Realizado com a colaboração do INAE	190. Participantes. Esclarecimento das medidas que afectavam a actividade das empresas
4. Esclarecendo o Estado de Emergência no sector empresarial II	Realizado com a colaboração da IGT	206 Participantes. Esclarecimento das medidas que afectavam a actividade das empresas
5. Perspectivas do Programa de Reconstrução Pos IDAI e Kenneth	Realizado com a colaboração do Gabinete de Reconstrução Pós ciclone IDAI	86 participantes. Partilhou-se as oportunidades para as empresas no âmbito da reconstrução os ciclones.

Actividade	Ponto de situação	Participantes e Objecto
6. Seguro de Crédito Comercial e ao Acesso ao Financiamento as PMEs	Realizado com a colaboração da BRITAM	70 participantes. Identificadas estratégias para o crescimento de empresas de forma segura.
7. Como se relacionar com a Banca Comercial e Seguro em tempos de COVID19 para PMEs	Realizado com a colaboração da BRITAM	74 participantes. Abordou-se a temática da reestruturação dos créditos bancários, financiamento, boa gestão de contractos de fornecedores clientes
8. Necessidades de Sistema Nacional de Saúde, no âmbito da COVID19: O papel dos Operadores Privados	Realizado com a colaboração do MISAU	
9. Produção de Alimentos no Contexto de COVID-19: Valor Nutricional e Acesso ao Mercado – Caso Específico de Ovos	Realizado com a colaboração da GAIN e AMIA	90 participantes. Abordou-se as dinâmicas da indústria do OVO no contexto dos efeitos da COVID-19 na economia
10. Medidas da política monetária e seu impacto na mitigação dos efeitos da COVID19	Realizado com a colaboração do Banco de Moçambique	120 Participantes. Permitiu esclarecer a linha de financiamento de USD 500 milhões e a falta de divisas no mercado
11. Como usar a Plataforma e-Tributação	Realizado com a colaboração da Autoridade tributária de Moçambique	256 Participantes. Informar sobre o processo da submissão online das declarações tributárias e do processo do projecto do e-Tributação
12. Fortificação de Alimentos: Oportunidades para expansão de mercados de alimentos fortificados	Realizado com a colaboração da GAIN	73 participantes. Mobilizado o sector privado a fortificar os alimentos, num contexto em que a crise provocada pela pandemia da COVID-19 poderá levar a escassez de variados alimentos reduzindo desse modo o consumo balanceado de minerais e vitaminas essenciais.

Actividade	Ponto de situação	Participantes e Objecto
13. Conferência do Sector de Petróleo e Gás em Moçambique	Realizado com a colaboração da ENH e INP	164 participantes. Abordada a situação e perspectivas do sector de petróleo e gás em Moçambique, tendo se destacado aprovação do Decreto n.o 51/2019 de 12 de Junho que altera a Estrutura de Financiamento do Projecto de Gás Natural Liquefeito Golfinho/Atum que permite a inclusão da empresa Total E&P Moçambique Área 1 Lda. e o BAD na estrutura de financiamento do projecto. No âmbito dese projecto foi aprovado um financiamento de USD 5 biliões dentro de um pacote de USD 8,9 biliões que a Eximbank Americana desembolsou para Africa, o que demonstra a viabilidade dos projectos em Moçambique.
14. MCC compacto: Directrizes para países que apresentam projectos de desenvolvimento do sector privado	Realizado com a colaboração do Gabinete de Desenvolvimento do Segundo Compacto do MCC	104 participantes. Partilhadas as directrizes para acesso ao financiamento no âmbito do II compacto, que inclui os critérios de submissão e selecção de projectos de desenvolvimento do sector privado.
15. Auscultação do sector privado sobre a estratégia de meio-termo do BAD	Realizado	70 participantes.
16. Esclarecimento sobre os critérios e requisitos para as linhas Gov/BNI COVID 19	Realizado em parceria com o BNI	215 participantes. Partilhou-se que a pandemia teve um impacto profundo no sistema nacional de educação, e o ensino superior não foi excepção. reduziu em mais de 50% a faturação das instituições de ensino superior e um montante de 50 milhões de Mt em receitas em risco devido a estudantes vulneráveis pelo País

Actividade	Ponto de situação	Participantes e Objecto
17. Impacto da COVID19 no Ensino Superior em Moçambique e Perspectivas de Reforma	Realizado com a colaboração do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Tecno Profissional	Defende-se a necessidade do Fundo Soberano seja gerido por uma entidade independente e mais experiente;
18. Reflexão sobre o Modelo de Fundo Soberano	Realizado com a colaboração do Banco de Moçambique	O fundo devia ter uma componente muito forte de desenvolvimento socioeconómico e os seus recursos deviam ser usados para a infraestruturação do País.
19. Como usar a plataforma e-Tributação	Realizado em parceria com AT	258 participantes. Socialização da plataforma e-tributação que tem como o objetivo de modernizar os serviços da administração tributária, com base num sistema de informação de cobranças e gestão de receitas, com principal enfoque nos impostos internos.
20. Cabotagem marítima em Moçambique	Realizado com a colaboração da SMC	Explicou-se como usar o novo serviço. Apontou-se que a reativação do serviço da cabotagem marítima irá beneficiar as empresas na medida em que vai conferir maior segurança, economias de escala, menor impacto ambiental, baixo nível de consumo de combustível entre outras.

Anexo 5: Resultados da Missão de Monitoria as Províncias

Principais constatações	Principais recomendações
<ol style="list-style-type: none">1. A maioria das empresas visitadas não são membros dos Grupo de Trabalhos a nível Provincial;2. O pagamento de quotas na CTA está dependente da oferta de serviços a disposição dos empresários/associações;3. Quando eclodiu a COVID-19, as empresas ainda estavam no processo de recuperação dos efeitos dos ciclones IDAI e Kenneth;4. Das medidas anunciadas pelo Governo, o benefício da isenção de juros e multas do INSS foi o que está a beneficiar os empresários e este fenómeno está associado a regularização da situação das empresas para poderem aceder aos fundos do BNI;5. As linhas de financiamento não tomam em consideração o ciclo produtivo da agricultura, que inclui a época de sementeira, colheita, processamento e venda.6. Percepção de que as políticas agrícolas não chegam aos beneficiários;7. Existência de oportunidade de investimento na área de edificação de unidades de processamento para trabalhar com o sector familiar.	<ol style="list-style-type: none">1. Maior engajamento da Confederação junto dos micros e pequenos empresários;2. Pela envergadura do programa SUSTENTA, há necessidade de envolvimento da CTA na implementação do programa;3. É importante uma divulgação de forma contínua e permanente, no seio do empresariado local, dos diversos serviços de apoio e assistência disponíveis na CTA e as vantagens de aderir aos mesmos, incluindo as diferentes linhas de financiamento;4. Desenho de um programa de assistência técnica que inclua as componentes de elaboração de planos de negócios;5. Necessidade de reforços na divulgação de medidas que afectem actividade empresarial;6. Promoção de ligações entre empresários nacionais.

Pela melhoria do ambiente de negócios



CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique

CTA – Confederation of Business Associations of Mozambique

Av. Patrice Lumumba, 927 – Maputo – Mozambique

Tel.: +258 21 32 10 02

Tel: +258 82 319-1300

cta@cta.org.mz

www.cta.org.mz

Pela Melhoria do Ambiente de Negócios!

Enhancement of the Business Environment!